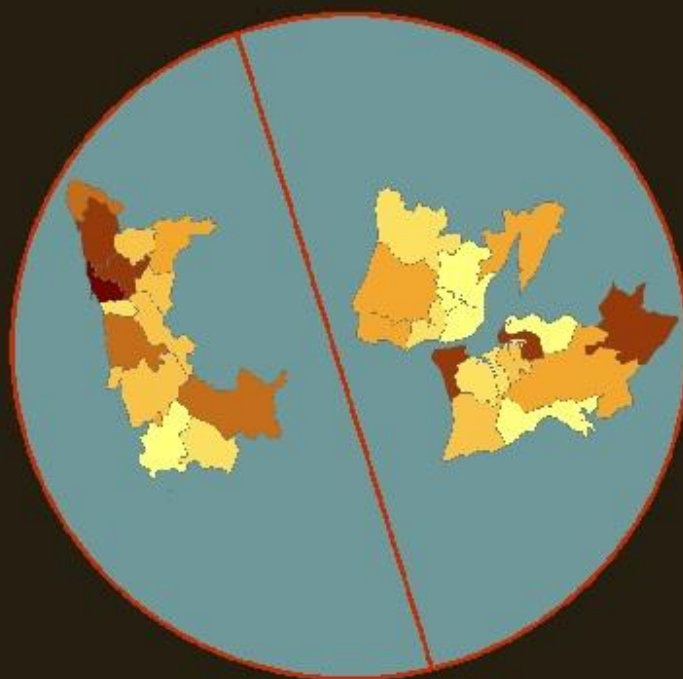


o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

Áreas Metropolitanas

Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida

estudo / 20

Luísa Schmidt e Susana Valente

2003

Áreas Metropolitanas

Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida

Luísa Schmidt e Susana Valente

Lisboa, 30 de Junho de 2004

ÍNDICE

1. Caracterização demográfica das áreas metropolitanas	2
2. Políticas de ordenamento, de planeamento e de recuperação urbanas ausentes	6
3. Cenário objectivo e subjectivo das áreas metropolitanas	8
3.1. Cenário quotidiano repulsivo	8
3.2. Trânsito, qualidade do ar e ruído	11
3.3. Ordenamento e qualidade de vida nos subúrbios	13
4. Insatisfação residencial	16
4.1. Arredores de casa, o que tem e o que gostaria de ter	16
4.2. Aglomerados atractivos e repulsivos	20
4.3. Porque querem sair da cidade e porque não vão para o campo	24
5. Comentários/reflexões finais	27
6. Referências bibliográficas	30

APRESENTAÇÃO

O contexto urbano das áreas metropolitanas agudiza e sublinha os problemas ambientais e de ordenamento do país, ao mesmo tempo que modela muitos dos valores e representações da opinião pública sobre ambiente e qualidade de vida. Nesta perspectiva, o cenário metropolitano constitui-se como um espaço particularmente indicado para analisar as dimensões envolvidas em questões ambientais, no contexto de elevada concentração urbana.

Os dois inquéritos nacionais *Os Portugueses e o Ambiente* (Observa, 1997 e 2000)¹ proporcionam um conjunto de dados relevantes para o conhecimento da opinião pública relativamente ao ambiente e qualidade de vida. O presente trabalho aprofunda alguns resultados destes inquéritos, nomeadamente aqueles que dizem respeito ao grau de insatisfação dos portugueses com o seu quadro residencial, bem como a percepção do cenário ambiental em que se movem no quotidiano, com especial incidência para os residentes das áreas metropolitanas. As amostras representativas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da Área Metropolitana do Porto (AMP) do inquérito de 2000, agora analisadas, contribuem para compreender os contornos de influência do espaço de residência/vivência quotidiana na relação dos portugueses com o ambiente. Proporcionam ainda uma abordagem com um enfoque espacial específico – espaços metropolitanos - em que certas tendências dos resultados nacionais ora se acentuam, ora desvanecem.

De facto, a leitura transversal dos resultados, permite identificar uma articulação entre as “variáveis espaciais” e as representações e atitudes face ao ambiente, evidenciando um “mal estar ambiental” quotidiano, sobretudo entre os residentes dos grandes centros urbanos. Sendo assim, parece interessante explorar potenciais tendências de mudança e novos fluxos de deslocação espacial da população, para dentro e fora das áreas metropolitanas; e também identificar os perfis sociais daqueles que residem nas áreas metropolitanas e revelam uma grande insatisfação especificamente manifesta no desejo de saída e mudança de “habitat”.

Assim, num contexto de “desqualificação urbana” sentido a nível nacional, o presente estudo concentra a sua atenção nos residentes das áreas metropolitanas, onde essa desqualificação é mais sentida. Deste modo, paralelamente a uma dimensão objectiva - indicadores de qualidade do ar, níveis de ruído, qualidade da água, condições de saneamento, existência de certas infra-estruturas, etc., - existe uma dimensão subjectiva que corresponde ao nível de satisfação das necessidades dos seus residentes, à percepção dessa satisfação (seja

¹ Os inquéritos foram realizados pela equipa do Observa, coordenada por João Ferreira de Almeida e aplicados pelo INE. Encontram-se ambos já publicados em livros (Almeida, 2000 e 2004).

a nível económico, social e cultural) e à avaliação das condições de exercício da vida urbana quotidiana, nomeadamente ao nível do uso e usufruto de espaços públicos.

Começamos por apresentar uma caracterização demográfica sumária das áreas metropolitanas realçando alguns momentos de transformação significativos, sobretudo os que contribuíram para um processo de bipolarização em torno das cidades de Lisboa e Porto. Segue-se uma breve reflexão sobre as falhas persistentes no que ao ordenamento do território e ao planeamento urbano do país diz respeito. No terceiro ponto apresenta-se um conjunto de resultados dos inquéritos referidos sobre a sensibilidade dos portugueses a uma série de problemas ambientais. Estes dados subjectivos – a percepção das pessoas – são confrontados com dados objectivos desses problemas ambientais (na medida em que existam). Define-se assim um cenário quotidiano onde as pessoas se movem a “duas dimensões”: a “objectiva” (factos) e a “subjectiva” (opiniões). Em ambas, como veremos, a “desqualificação da vida urbana” emerge como algo visível e sentido. O quarto ponto reflecte sobre a insatisfação residencial expressa num conjunto de indicadores - que vão desde os elementos da envolvente da habitação, à manifestação de desejos de um determinado tipo de arredores da residência ou de mudança de local onde se vive. Apresentam-se então alguns dos motivos que justificam que a mudança de local de residência para fora dos grandes centros urbanos e suas periferias não ocorra, apesar de ser tão presente no “discurso de desejo” dos inquiridos. Por fim, desenvolvem-se algumas reflexões e comentários que traçam hipóteses de pesquisa a aprofundar futuramente.

1. Caracterização demográfica das áreas metropolitanas

Ao longo do século XX identificam-se três processos que têm contribuído para o reforço das assimetrias na estrutura de povoamento do território nacional: a litorização, a urbanização e a bipolarização (Rosa e Vieira, 2003).

Por um lado, acentou-se a assimetria litoral-interior. A **litoralização** do país tornou-se visível e consistente - apesar de o litoral² ocupar apenas 28% da superfície do continente, em 2001 tinha 65% da população³ – enquanto o interior se caracteriza por uma paisagem de desertificação humana.

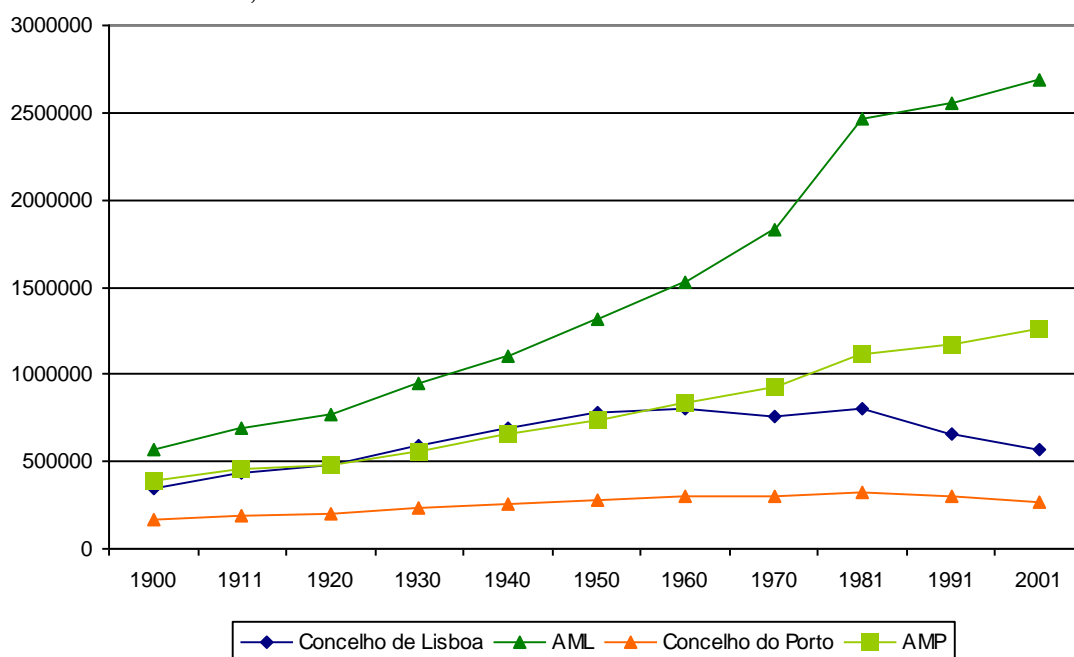
² Litoral corresponde às seguintes NUT III: Minho-Lima, Cávado, Grande Porto, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral e Algarve.

³ Se utilizarmos outro critério europeu, segundo o qual o litoral é a faixa de 50 km da costa para o interior, a percentagem da população aí residente sobe para 75% (Schmidt, 2004).

Por outro lado, foi-se desenrolando um processo de **urbanização**, verificando-se um aumento da importância da vivência e concentração nos espaços urbanos em detrimento das zonas rurais e dos lugares de reduzida dimensão populacional.

Por fim, a **bipolarização** em torno das duas principais cidades do país – Lisboa e Porto - tem vindo a reforçar-se. Não ao nível da população das cidades em si (em ambos os casos as cidades/concelhos têm vindo a assistir a uma diminuição de população), mas ao nível das suas áreas metropolitanas (gráfico 1). Aliás, como afirmam Rosa e Vieira (2003), no final do século XX, o índice de macrocefalia das duas áreas metropolitanas era o mais elevado dos países da UE enquanto o índice de primazia populacional das duas cidades era o mais baixo dos países da UE.

Gráfico 1. População residente nos concelhos de Lisboa e do Porto e nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, 1900 a 2001



Fonte: IV a XIV Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa (in Rosa e Vieira, 2003)

Efectivamente, de 1981 a 2001, verifica-se uma perda de população na ordem dos 30% para a cidade de Lisboa e 20% para a cidade do Porto, o que contrasta com o aumento populacional verificado nas áreas metropolitanas desde 1950 até 2001: na AML aumentou 104% e na AMP 72%. Em 2001 a AML, com 3 % da superfície do território nacional, contém 26% da população portuguesa e a AMP, com 1% da superfície do território nacional, cerca de 12% da população.

A diminuição da população dos concelhos de Lisboa e Porto propriamente ditos teve início com o processo de suburbanização, que a crescente terciarização das duas cidades veio

reforçar, remetendo para as periferias a função residencial daquelas cidades. O acentuar dos níveis de envelhecimento demográfico nos bairros mais centrais das cidades, é um sinal estatístico claro da perda da sua função residencial (Rosa e Vieira, 2003). Por seu turno, alguns dos concelhos das áreas metropolitanas viram a sua população aumentar na sequência do desenvolvimento do sistema de transportes e de redes viárias, sobretudo no caso de Lisboa.

A tendência de crescimento urbano “macrocéfalo” emergiu no pós-guerra nas grandes cidades dos países industrializados desencadeada pela concentração das actividades económicas nos centros urbanos. À terciarização dos centros das cidades, corresponde uma dinamização do emprego e um deslocamento da função residencial para a periferia, o que tem implicações directas na mobilidade, em especial, na densidade dos fluxos pendulares casa-trabalho.

Assim, na AML emergem concelhos de tipo “dormitório”, isto é, concelhos em que menos de 35% da população trabalha localmente. Primeiro (a partir dos anos 40) na margem norte, ao longo dos eixos ferroviários, depois (nos anos 60) na margem sul, com a abertura da Ponte 25 de Abril, com a auto-estrada do Sul e vias rápidas Caparica e Barreiro. A cidade/concelho de Lisboa mantém um carácter de dominância e de atractividade em relação aos concelhos que compõem a AML, mesmo que o seu peso populacional seja menor. Quanto à AMP, a intensidade da relação da cidade com os concelhos periféricos é, apesar de tudo, menor, não se encontrando concelhos “domitório” como na AML (quadro 1).

Quadro 1. Taxa de variação (percentagem) da população residente nos concelhos das AM (1900 a 2001)

AML	1900-1920	1920-1940	1940-1960	1960-1981	1981-2001	1900-2001
Amadora	-	-	-	-	7	-
Cascais	61	94	101	137	21	1704
Lisboa	38	43	16	1	-30	61
Oeiras	78	104	149	58	9	1452
Sintra	14	52	77	183	61	1295
Vila Franca de Xira	35	32	44	34	126	680
Loures e Odivelas	20	36	191	171	20	1452
Alcochete	1	8	39	21	16	114
Almada	29	46	140	108	9	920
Azambuja	-4	43	15	9	5	82
Barreiro	94	74	34	151	-10	621
Mafra	8	19	11	23	24	117
Moita	11	75	135	83	27	962
Montijo	19	42	71	22	6	273
Palmela	32	50	11	60	44	404
Sesimbra	27	16	27	37	63	315
Setúbal	62	21	13	75	16	348
Seixal	44	34	58	336	69	2156
Total AML	35	44	38	62	9	371

AMP	1900-1920	1920-1940	1940-1960	1960-1981	1981-2001	1900-2001
Espinho	39	32	34	40	4	259
Gondomar	29	48	37	55	26	406
Maia	28	42	45	52	47	490
Matosinhos	39	81	44	50	22	566
Porto	22	28	17	8	-20	59
Póvoa do Varzim	6	24	25	34	17	159
Valongo	25	60	41	93	34	626
Vila do Conde	22	19	23	32	16	172
Vila Nova de Gaia	15	39	31	44	28	288
Total AMP	22	37	28	34	13	222

Fonte: IV a XIV Recenseamentos Gerais da População, INE, Lisboa (in Rosa e Vieira, 2003)

No caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto podemos localizar nos anos 60 o *boom* deste fenómeno com o êxodo rural que afluiu às grandes cidades, sem que existissem políticas de habitação para acolher os migrantes⁴. Este fenómeno de atractividade das duas principais cidades do país tem continuado a fazer-se sentir, com momentos significativos nas décadas de 70 e 80, ao mesmo tempo que os dois concelhos propriamente ditos, vão perdendo cada vez mais população.

É que, a elevada e crescente densidade de construção residencial nova nas periferias, não foi acompanhada por quaisquer políticas de reconstrução e reabilitação de edifícios no centro das duas cidades, ao contrário do que se tem vindo a constatar entre os parceiros europeus ao nível do investimento na criação de uma dinâmica de desenvolvimento urbano sustentável.

Sendo assim, e apesar do seu dinamismo, as duas áreas metropolitanas apresentam sinais de saturação, registando-se nas últimas décadas do século XX, “uma desaceleração dos seus ritmos de crescimento, intensificando-se a capacidade atractiva por parte das cidades de média dimensão exteriores às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.” (Rosa e Vieira, 2003, p.95)⁵.

O galopante crescimento urbano em Portugal corresponde a um crescimento de construção civil e de suburbanização, reflectindo-se numa ocupação desequilibrada, excessiva e indiscriminada do espaço e solo urbanos - sem planos e sem políticas estruturantes (de

⁴ Na década de 60 é incentivada a urbanização: por efeito dos novos projectos industriais e do desenvolvimento dos serviços acelera-se o êxodo rural de tal forma que, no início de 70, se começa a sentir a falta de força de trabalho nos campos (Barreto, 2000 in Rosa e Vieira, 2003).

⁵ Verifica-se um aumento do número e da dimensão dos lugares de concentração demográfica, evoluções que não deixam de estar associadas à consolidação do processo de urbanização em Portugal. Depois da segunda metade de 70 verificou-se o regresso de emigrantes às suas regiões de origem, desenvolvimento de núcleos urbanos exteriores às AM, melhoria das acessibilidades intra e inter-regionais, descentralização administrativa; também as principais cidades começam a dar sinais de “saturação”, nomeadamente no plano do emprego e da

ordenamento, de transportes, etc.). Este fenómeno tem vindo a processar-se à custa das condições ambientais, da desorganização e degradação do espaço urbano, confluindo na deterioração crescente da “qualidade das cidades” e, consequentemente, da qualidade de vida dos cidadãos.

A evolução demográfica reflecte assim importantes processos de transformação territorial que a sociedade portuguesa tem sofrido nas últimas décadas, com incidência no alastramento desordenado dos espaços suburbanos nas AML e AMP. Se durante muitos anos esses processos se desenrolaram num contexto de ausência de políticas de ordenamento do território, a recente emergência de vários instrumentos de planeamento não tem sido suficientemente eficaz para alterar e/ou inverter o modelo “macrocéfalo” de suburbanização existente. Assim, no contexto da concentração progressiva da população portuguesa em duas áreas metropolitanas, verificam-se consequências sociais, económicas e ambientais cada vez mais preocupantes, que exigem políticas governamentais específicas no sentido de colmatar a ausência de uma lógica de desenvolvimento sustentável ao nível do ordenamento do território.

2. Políticas de ordenamento, de planeamento e de recuperação urbana ausentes

A ausência persistente de políticas de ordenamento do território e de planeamento urbano em Portugal facilitou a instalação da desqualificação do espaço urbano dentro da cidade, e um crescimento em “mancha de óleo” nas periferias das duas principais cidades do país. A expressão “mancha de óleo” é ela própria expressiva de um certo tipo de “poluição” que alastra em torno de Lisboa e Porto: a “poluição” produzida e corporizada pelo desordenamento urbano e suburbano, sem infra-estruturas de transportes colectivos e equipamentos públicos que tenham em conta a sua dimensão populacional.

Ao fazer o balanço dos 30 anos de ambiente após o 25 de Abril, Schmidt (2004) classifica a *ausência de planeamento* como a questão ambiental mais grave do país e a que mais se agravou pós-74.

Desde que a área do ambiente passou a integrar o governo (em 1974 com Gonçalo Ribeiro Telles, como subsecretário de Estado do Ambiente), na definição das questões prioritárias, estão desde sempre presentes os problemas dos subúrbios de Lisboa e da “asfixia” da cidade - questões que continuam a fazer sentido enquanto prioridades por resolver e por realizar.

habitação, tudo isto aumenta a capacidade atractiva por parte das cidades de média dimensão. (João Ferrão, 1996 in Rosa e Vieira, 2003).

O êxodo rural dos anos 60, a que já fizemos referência, levava milhares de pessoas para as portas de Lisboa criando inúmeros bairros clandestinos (como foi o caso da Brandoa, entre outros). Em 1970, esses bairros já albergavam 100 mil pessoas sem água e sem esgotos; outras tantas acumulavam-se nas 80 mil barracas dos extensos bairros da lata que haviam alastrado dentro e fora da grande cidade. A tragédia das cheias de 1967 que, além de vitimar centenas de pessoas, destruiu muitas casas clandestinas em leito de cheia, deixou então bem à vista o caótico processo de desordenamento suburbano que grassava na capital do país e seus arredores.

Foi na sequência destes trágicos acontecimentos que se podem situar as primeiras tentativas sistemáticas de planeamento urbano, criando-se no início de 70 gabinetes de especialistas para avaliar e planear a Região de Lisboa. Contudo, no período que se seguiu ao 25 de Abril, estes grupos de estudo acabaram por se dispersar. A urgência era resolver o problema das 100 mil pessoas que viviam em barracas e outras tantas em bairros clandestinos sem quaisquer condições. Mesmo assim, não se conseguiu estancar o desordenamento, agravado pelo êxodo rural que continuava, e pelo regresso de quase um milhão de retornados que se instalaram maioritariamente na área de Lisboa. Em consequência deste enorme afluxo demográfico assistiu-se à proliferação de construções clandestinas e sem saneamento, e generalizou-se a deposição desordenada de lixo.

No início dos anos 80, surgiram algumas tentativas para regulamentar o desordenamento paisagístico e controlar a ocupação do território. Nesse período assistiu-se à criação, em 1982, da Reserva Ecológica Nacional (REN) e, em 1983, da Reserva Agrícola Nacional (RAN); tornaram-se obrigatórios os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) em 1983 e os Planos Directores Municipais (PDM) 1982. Contudo, a regulamentação destes instrumentos legais seria adiada por mais 10 anos.

Em meados de 80, com adesão à União Europeia, foi aprovada em 1987 a Lei de Bases do Ambiente e destaca-se, em termos de ordenamento, a tentativa de proteger/ordenar o litoral demolindo os clandestinos da Arrábida e da Lagoa de Albufeira.

A criação do Ministério do Ambiente em 1990 marca um momento importante da consolidação do ambiente enquanto área de actuação política, mas a oportunidade de levar a cabo um série de políticas de ordenamento não aconteceu. “A acção governativa nesta área pautou-se pela simples transposição de directivas comunitárias despachadas à pressa sem reflexão interna, sem discussão pública e sem avaliação governamental” (Schmidt, 2004).

Neste contexto, a primeira geração de PDM, que maioritariamente só começaram a ser feitos no início dos anos 90, acabou por ser pouco eficaz do ponto de vista do ordenamento do território, permitindo (e até consagrando) um grande aumento dos índices de construção⁶.

Na segunda metade da década de 90, em termos de ordenamento, destaca-se o facto de terem sido fechadas as grandes lixeiras, o que não impediu a proliferação clandestina das pequenas. E, em 1998, foi aprovada a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, uma lei que aponta para a necessidade de “melhorar as condições de vida dos cidadãos; garantir uma distribuição equilibrada entre habitação, trabalho, cultura e lazer; preservar os solos com aptidão natural e agrícola; promover a adequação dos níveis de densificação urbana; rentabilizar infra-estruturas, evitando alargar desnecessariamente os perímetros urbanos; integrar as edificações na paisagem” (Garcia, 2004, p.267). Em 2002 foi aprovado o PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa), altura que já estavam também aprovados praticamente todos os POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira)⁷. No entanto, continua imparável o processo de suburbanização com intensificação da construção em torno das áreas metropolitanas, sobretudo na de Lisboa; o processo de desertificação humana no interior do país, também (Vieira, 2003).

3. Cenário objectivo e subjectivo das áreas metropolitanas

Neste ponto apresentamos o cenário ambiental subjectivo, isto é, damos conta da dimensão social e de opinião pública que corresponde ao nível de sensibilidade e de preocupação ambiental das pessoas. Pontualmente, confrontamos esta dimensão social com uma dimensão objectiva de “desqualificação ambiental”.

Apresentam-se resultados comparativos entre país, AML e AMP, procurando-se perceber a influência de um cenário urbano e metropolitano na maior percepção/preocupação relativamente a certos problemas ambientais.

3.1. Cenário quotidiano repulsivo

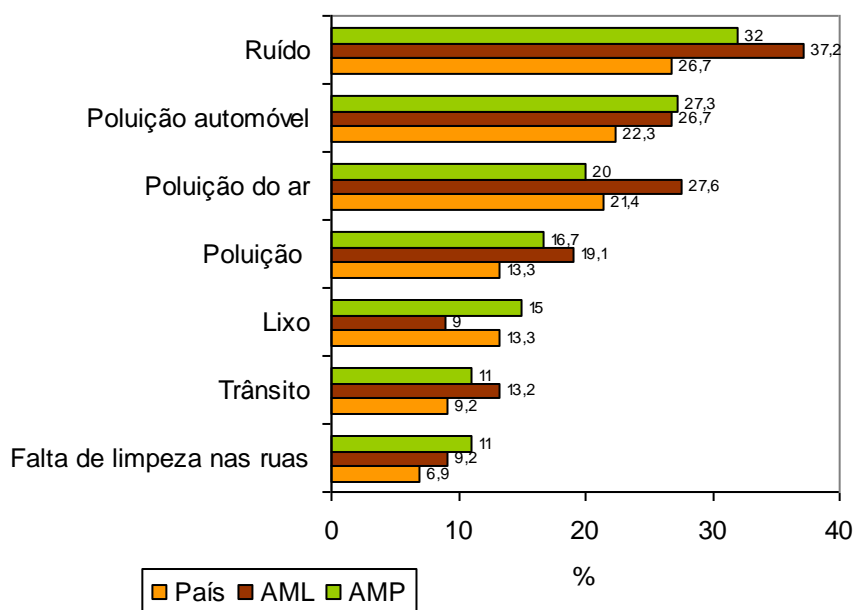
Constata-se que a percepção da qualidade ambiental à escala nacional, por parte da população portuguesa, tem vindo a piorar desde o início dos anos 90. Esta percepção negativa

⁶ Em 1995, somadas as áreas de direitos de urbanização aprovadas em todos os PDM, havia direitos de construção para 30 milhões de habitantes. O país tinha nessa altura cerca de 9 milhões (Vieira, 2003).

é expressa, designadamente, no que diz respeito aos problemas ambientais mais sentidos ou perceptíveis ao nível do quotidiano e que são crescentemente identificados como aqueles que mais directamente afectam a vida e saúde dos inquiridos (por comparação com resultados de 1997).

Nas respostas espontâneas à pergunta aberta sobre quais os problemas ambientais que afectam o seu dia a dia, encontra-se no topo das afectações o *ruído*, seguido pela *poluição automóvel* e pela *poluição do ar* (gráfico 2).

Gráfico 2. Problemas ambientais que afectam no quotidiano (resposta espontânea)



Observa 2000

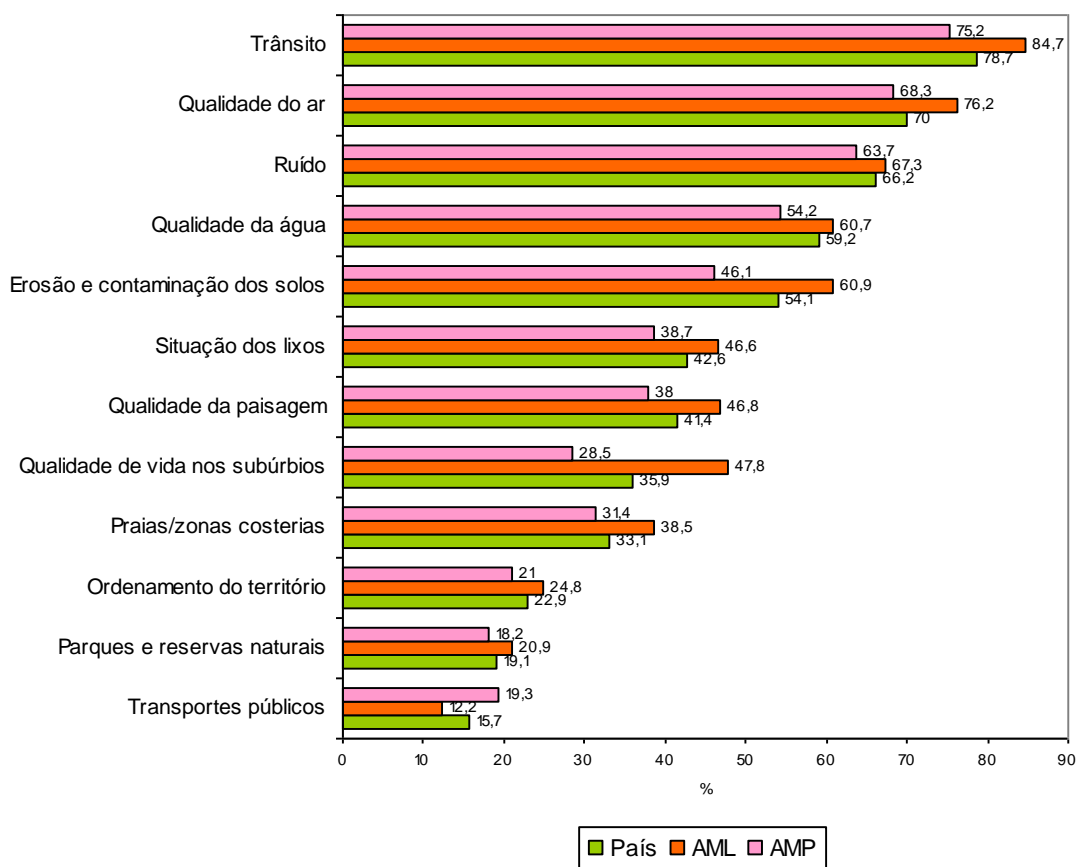
Destacam-se ainda outras categorias nas respostas dos inquiridos, uma das quais se junta a esta tríade de problemas: o *trânsito*, que se pode considerar como parte integrante da poluição automóvel. Outra das categorias mais referidas é uma noção genérica de *poluição ambiental*. Encontramos ainda nos problemas quotidianos que mais afectam as pessoas questões ligadas aos resíduos urbanos – nas modalidades “*lixeiros*”, “*sujidade*”, “*falhas de recolha*” e “*contentores sujos*”. A sensação de incómodo provocado pelos *lixos* no que respeita a uma noção de sujidade geral, de lixo espalhado pelos espaços colectivos como face visível de um desleixo institucionalizado do espaço público, é cada vez mais perceptível e incómoda, com um ligeiro ênfase por parte dos residentes na AMP.

⁷ Em 2002 já estavam aprovados 7 POOC; apenas faltava aprovar dois, a saber, o POOC de Sintra-Sado e o POOC de Vilamoura-Vila real de Santo António.

As questões relacionadas com o *ordenamento do território* que afectam o quotidiano são menos mencionadas espontaneamente, mas agudizaram-se de 1997 para 2000, aumentando o número de inquiridos que se dizem afectados no seu dia a dia pela “*desorganização*” e “*caos urbano*”, pelos “*estaleiros de obras*”, pela *densificação urbana* e pela *falta de espaços verdes*, traduzindo falhas ou ausências de ordenamento da ocupação do território nacional sentidas, especialmente, pelos residentes da AML.

A sensibilidade dos portugueses a estes e outros problemas ambientais revela-se também quando se manifestam relativamente à perspectiva que têm da evolução futura de um conjunto de problemas ambientais nacionais⁸. A perspectiva é de uma evolução tendencialmente pessimista, sendo dominante a resposta no sentido de *vai piorar* em relação a quase todas as questões (excepto para os Parques e Reservas Naturais e para os transportes públicos - metro e ferrovia, em que a percentagem de resposta do *vai melhorar* é superior à percentagem do *vai piorar*) (gráfico 3).

Gráfico 3. Evolução negativa (*Vai piorar*) de problemas ambientais nos próximos 10/15 anos



Observa 2000

⁸ Questionava-se sobre cada um dos problemas se irá *piorar*, *melhorar* ou *manter-se*.

A projecção para os próximos 10/15 anos revela a existência de uma tríade de problemas – *poluição do ar, ruído e trânsito* – que já tinha sido identificada em 1997 quando se solicitava uma avaliação da evolução dos mesmos problemas no passado recente (nos últimos 10/15 anos). Esta projecção reflecte a percepção da situação actual do ambiente por parte dos portugueses, constituindo assim uma identificação dos principais problemas ambientais do país, dos mais sentidos e dos mais preocupantes.

3.2. Trânsito, qualidade do ar e ruído

De facto, *trânsito, qualidade do ar e ruído* parecem dominar as representações sobre aquilo que os portugueses consideram como “mau ambiente”. São estes os problemas ambientais que, na percepção das pessoas, evoluíram mais negativamente ao longo dos últimos anos, e são também os que, num futuro próximo, se perspectivam com uma evolução mais dramática e pessimista. Podemos ainda constatar alguma coincidência entre a percepção dos problemas identificados à escala nacional e a percepção dos problemas à escala local e quotidiana.

Num cenário de subúrbios sobre-habitados, com o centro das cidades sobre-terciarizado, cria-se uma forte dependência funcional da cidade em relação às suas áreas metropolitanas. No entanto, a fraca e insuficiente rede de transportes públicos/colectivos (tanto de acesso da periferia como de mobilidade interna) tem levado ao crescente uso do carro e ao congestionamento do centro das cidades (Schmidt e Nave, 2004). De facto, ao aumento dos movimentos pendulares diários e de volumes de tráfego rodoviário (sobretudo de carro), não correspondeu um investimento ao nível de transportes públicos.

O uso exponencial do automóvel tem vindo a contribuir fortemente para o aumento do ruído e para o agravamento da poluição atmosférica nas cidades de Lisboa e Porto. Em termos de *poluição do ar* os dados que existem tornam difícil fazer uma avaliação evolutiva e sistemática, tanto para Lisboa, como para o Porto, e ainda mais para o resto do país. Deparamos com descontinuidades nas medições, nos métodos, nos locais de medida, nos poluentes avaliados. Mesmo assim, daquilo que os dados permitem concluir, verifica-se um agravamento da qualidade do ar nas duas cidades, sobretudo ao nível dos poluentes libertados nas emissões rodoviárias. Desde 1992, quando Lisboa adquiriu uma rede de monitorização da qualidade do ar razoável - ainda que insuficiente (Schmidt, 2000 e Vieira, 2003) - verifica-se que o ar da cidade piorou em quase todos os poluentes (excepto no chumbo devido à vulgarização do uso da gasolina sem chumbo). Aliás, os alarmes por excesso de ozono, são

cada vez mais frequentes. Quanto ao Porto, só faz medições da qualidade do ar com alguma regularidade a partir de 2000.

No que respeita aos níveis de *ruído*, eles não se encontram medidos em praticamente nenhuma cidade do país, apesar de ser legalmente obrigatório. Lisboa é das poucas cidades que já fez o mapa do ruído mas ainda não o divulgou.

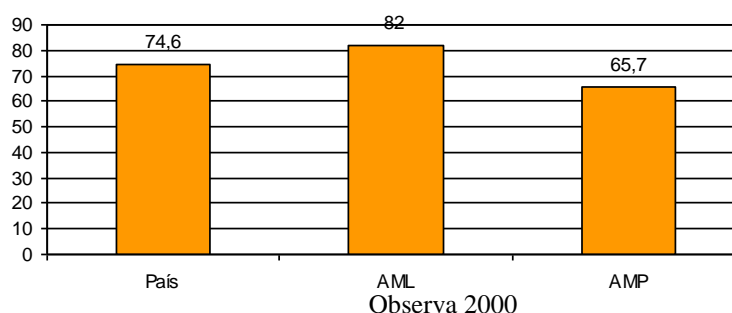
O congestionamento de *automóveis* assume ainda outras formas de desqualificação urbana, nomeadamente ao nível do estacionamento “selvagem” que faz a cobertura dos passeios. Isto apesar de haver políticas camarárias mais interventivas desde os anos 90, com a criação de alguns parques (subterrâneos e de superfície) e de estacionamento com parquímetros.

Esta situação, que torna o automóvel um elemento imprescindível no quotidiano, tem consequências ambientais negativas, sobretudo no aumento das poluições do ar e sonora, das quais os inquiridos se ressentem especialmente; e tem também consequências na degradação do ambiente construído - estradas, ruas, passeios, espaços públicos e espaços verdes (como veremos adiante, as pessoas ressentem-se da falta destes últimos nas imediações das suas residências).

Alguns estudos do Observa (Almeida e Machado, 2001; Schmidt e Nave, 2004) evidenciam que, apesar de o automóvel ser o transporte preferido dos portugueses, do qual não pretendem abdicar, as pessoas reconhecem o seu impacte na saúde pública e no ambiente, apontando-o como responsável pela degradação da qualidade de vida e do quotidiano nas grandes cidades.

A comparação entre 1997 e 2000 dá conta da percepção de agravamento deste conjunto de poluições a nível nacional, agravamento esse particularmente sentido pelos residentes da AML. Neste contexto, é interessante verificar que a convivência mais próxima e diária dos residentes da AML se reflecte nalgumas questões, nomeadamente as que envolvem conhecimento sobre as consequências dos gases dos escapes dos automóveis a uma escala planetária (muito para além da escala local da afectação quotidiana) (gráfico 4).

Gráfico 4. Os gases de escape dos carros produzem alterações climáticas (respostas correctas)



Também na perspectiva futura de solução relativa aos gases de escape ou na forma de enfrentar o sobreaquecimento do planeta, os residentes da AML nas suas respostas reflectem maior sensibilidade, eventualmente por serem mais afectados no quotidiano, mas também por possuírem um maior nível de informação ambiental (directamente articulado com o seu maior grau escolaridade), o que favorece o nível de reflexividade sobre estas questões (gráficos 5 e 6).

Gráfico 5. Os gases de escape...

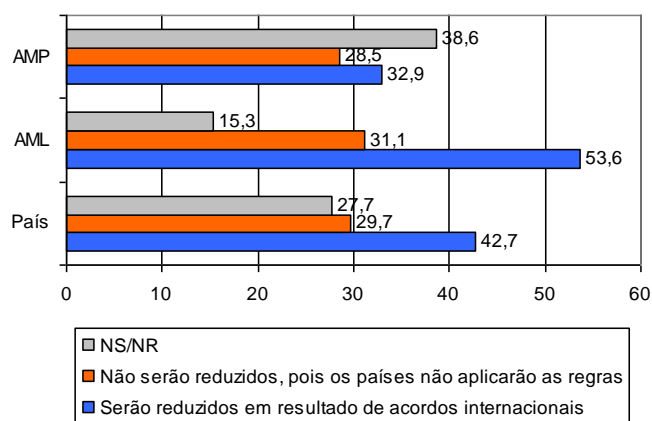
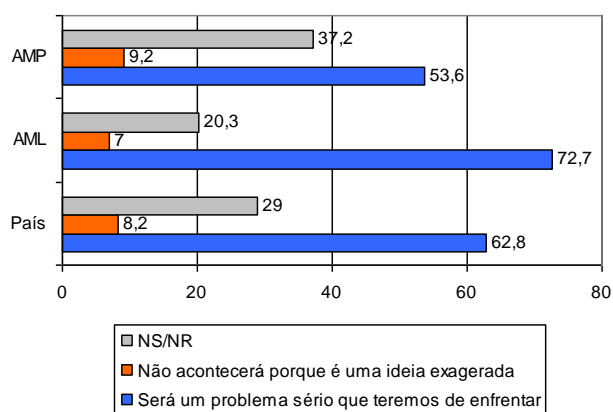


Gráfico 6. O sobreaquecimento do planeta...



Observa 2000

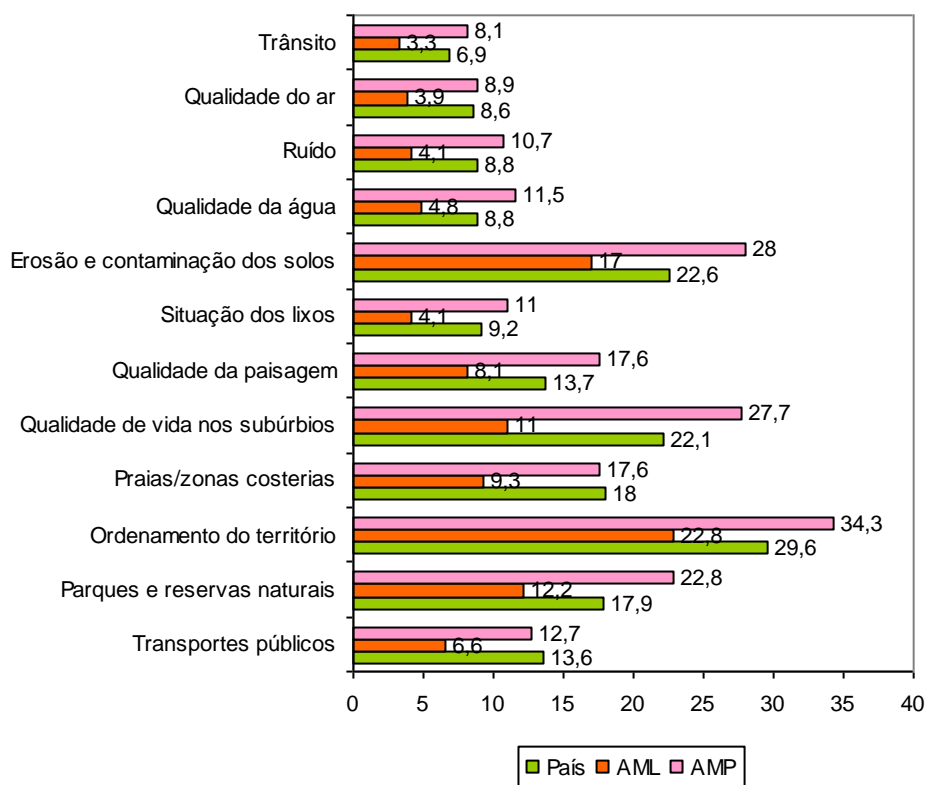
3.3. Ordenamento e qualidade de vida nos subúrbios

Um outro conjunto de questões que interessa analisar no contexto desta pesquisa, diz respeito à noção sobre a evolução da *qualidade de vida dos subúrbios*, da qualidade da paisagem e do ordenamento do território. Verifica-se que, em termos comparativos, é para os residentes da AML que estas categorias apresentam valores mais elevados no que respeita à evolução negativa.

Sobretudo em relação à qualidade de vida dos subúrbios na AML parece haver mais pessimismo quando se perspectiva o futuro próximo. A experiência directa ou mais próxima dos subúrbios dará aos seus residentes uma percepção mais dramática da evolução da qualidade desses espaços residenciais das periferias.

No entanto, no conjunto das outras questões, o *ordenamento do território* e também a *qualidade de vida dos subúrbios*, não se destacam tanto numa perspectiva de evolução negativa, mas antes por se tratarem de assuntos que apresentam valores elevados de desconhecimento (não sabe/não responde) - nomeadamente 22,1% para qualidade de vida nos subúrbios e 29,6% para o ordenamento do território, ao nível do país (gráfico 7).

Gráfico 7. Não sabe/não responde como vão evoluir alguns problemas ambientais



Observa 2000

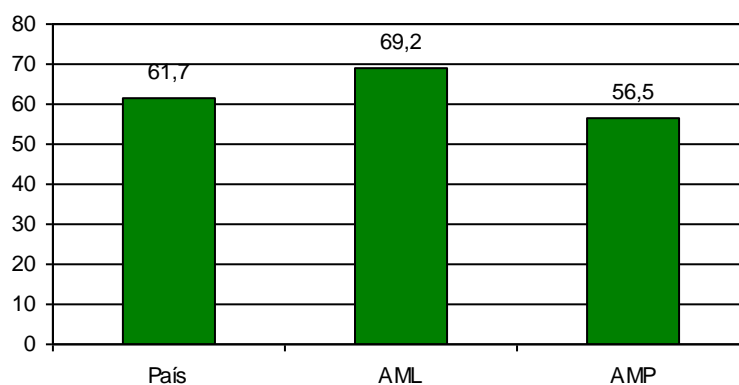
As “não respostas” da AML são de 11% no que diz respeito à evolução da qualidade de vida dos subúrbios e de 22,8% relativamente à evolução do ordenamento do território – revelando-se que, comparativamente, são os inquiridos que têm opiniões mais formadas, não só devido ao grau de cultura ambiental mais elevado (Almeida, 2000 e 2004), mas eventualmente também pelo grau de familiaridade com essas situações. Por seu turno, os residentes na AMP acentuam, em relação à média nacional, o valor de *não sabe/não responde*: 27,7 % não tem opinião sobre o que vai acontecer à qualidade de vida nos

subúrbios e 34,3% não sabe como perspectivar a evolução do ordenamento do território nacional nos próximos 10/15 anos. No entanto, apesar de existirem mais pessoas sem opinião na AMP, tal não significa que os que expressam uma opinião sejam mais optimistas na percepção do futuro ambiental.

Constata-se assim a influência do grau de vivência, ou melhor, de convivência, com certos problemas na sensibilidade manifesta. A proximidade/familiaridade dos problemas ambientais reflecte-se na formação da opinião sobre a evolução de determinada temática. As questões mais próximas da esfera do quotidiano – trânsito, qualidade do ar, ruído, qualidade da água e a situação dos lixos – são as que apresentam valores mais baixos de não respostas.

Assim, apesar de em Portugal a desinformação ambiental ser generalizada e autoreconhecida, verifica-se pontualmente alguma distinção ao nível do conhecimento por parte dos residentes da AML, seja devido a um maior grau de exposição a certas poluições, seja pelo nível mais elevado de “cultura ambiental” detectado nessa região do país (Nave e Fonseca, 2004). Estes factores articulam-se com um grau de exigência mais elevado face ao papel do Estado (gráfico 8).

Gráfico 8. O Estado não se ocupa suficientemente ou nem sequer se ocupa dos problemas ambientais



Observa 2000

Mas esse grau de exigência face ao Estado também se reflecte num maior grau de autoexigência ao nível do discurso dos inquiridos. Segundo os resultados gerais do inquérito, a resolução dos problemas ambientais no mundo actual depende principalmente “de uma mudança de comportamentos de cada um de nós” (48% dos inquiridos), mais do que “dos avanços da ciência e da técnica” (12,3%) ou do que “uma intervenção política mais rigorosa na defesa do ambiente”(23,5%). Ora, quando se compara estes resultados nacionais com os resultados ao nível das áreas metropolitanas, verificamos que esta atitude de autoresponsabilização cívica se acentua (53% para a AMP e 54% para a AML). Para além de

um efeito genérico de “boa resposta”, tal facto leva-nos a pensar que, a um cenário urbano onde existe uma maior sensibilidade a certos problemas como a poluição do ar ou ruído, também possa corresponder uma maior noção de que as pessoas nos seus comportamentos quotidianos (com o uso ou desuso do carro, ou com uma maior ou menor adesão à recolha selectiva de RSU⁹) podem contribuir para a qualificação do ambiente.

4. Insatisfação residencial

4.1. Arredores da casa, o que tem e o que gostaria de ter

Considerando o grau de satisfação com o local de residência, de uma forma geral, pode dizer-se que os portugueses se consideram satisfeitos com os arredores das casas onde residem – 76,4% declaram-se *satisfeitos* e *muito satisfeitos*, enquanto 23,1% se manifestam *pouco satisfeitos* e *nada satisfeitos*. Quanto aos residentes nas áreas metropolitanas, verifica-se que a sua insatisfação é mais elevada, expressa por cerca de um terço dos seus residentes (quadro2).

Quadro 2. Em relação aos arredores da sua casa considera-se...

	País	AML	AMP
<i>Muito satisfeito</i>	14.9	7.5	12.4
<i>Satisfeito</i>	61.5	61.1	57.3
<i>Pouco satisfeito</i>	17.2	22.6	21.3
<i>Nada satisfeito</i>	5.9	8.7	8.4
<i>NS/NR</i>	0.4	0.2	0.6

País n=1844, AML n= 502, AMP n= 347

Observa 2000

Os resultados revelam uma benevolência face ao enquadramento residencial que traduzem certamente factores psicológicos de autoestima em relação ao espaço doméstico, que não cabe aqui desenvolver. No entanto, como veremos, esta atitude não significa ausência de espírito crítico e de expectativa de melhorias objectivas em relação aos arredores. Pelo

⁹ Talvez por revelarem uma sensibilidade ambiental mais forte, verifica-se que ao nível da frequência com que praticam certas acções pró-ambientais são os residentes na AML que são os mais assíduos, sobretudo no que diz respeito à adesão à recolha selectiva de RSU para reciclagem. A este facto não se pode negar o peso condicionador da existência de infra-estruturas convenientes para essa adesão e o investimento ao nível de campanhas de marketing social feitos por algumas autarquias da AML, onde se pode destacar a experiência pioneira do concelho de Oeiras. No entanto, reforçam mais uma vez a apetência ambiental de grande parte dos residentes da AML.

contrário, surge em simultâneo com a identificação de falhas sentidas no enquadramento residencial e de problemas ambientais quotidianos que os afectam.

O grau de satisfação/insatisfação com os arredores não é independente de um conjunto de condições sociais dos inquiridos - por ex., a situação de desemprego revelou ser um indicador que influencia a visão geral do quadro de vida de forma negativa; as situações de precaridade económica reflectem-se em atitudes de maior insatisfação; ou, ainda, se no caso das classes mais desfavorecidas as condições objectivas dos seus arredores e da residência se podem traduzir em insatisfação, no caso das classes elevadas o grau de insatisfação pode prender-se com um grau de exigência mais elevado. O grau de insatisfação reflectirá também a dimensão do espaço físico da própria residência, podendo ser “medido” por características como o número de divisões da residência: à medida que estas aumentam, diminui o grau de insatisfação (quadro 3).

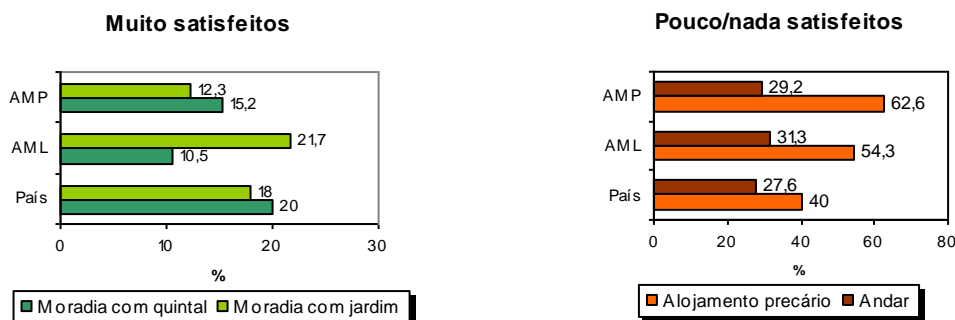
Quadro 3. A insatisfação com os arredores de sua casa tendo em conta o número de divisões da sua casa

	1-2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	Mais de 5
<i>Pouco e nada satisfeito</i>	33,6%	28,1%	27,4%	20,1%	14,7%

País n=1844, valor de referência da categoria *pouco ou nada satisfeito* = 23,1%
 Observa 2000

Por seu turno, o tipo de alojamento aliado ao espaço envolvente imediato influi de forma evidente no grau de satisfação – os que se declaram *muito satisfeitos* residem sobretudo numa moradia com pequeno quintal ou com jardim. No extremo oposto, não surpreende que estejam os que residem em alojamento precário. O mesmo acontece na AML e na AMP, acentuando-se a insatisfação dos residentes em alojamento precário nas áreas metropolitanas, em especial na AMP, e verificando-se uma maior satisfação dos residentes em moradia com jardim na AML (gráficos 9 e 10).

Gráfico 9 e 10 A satisfação com os arredores tendo em conta o tipo de alojamento (%)



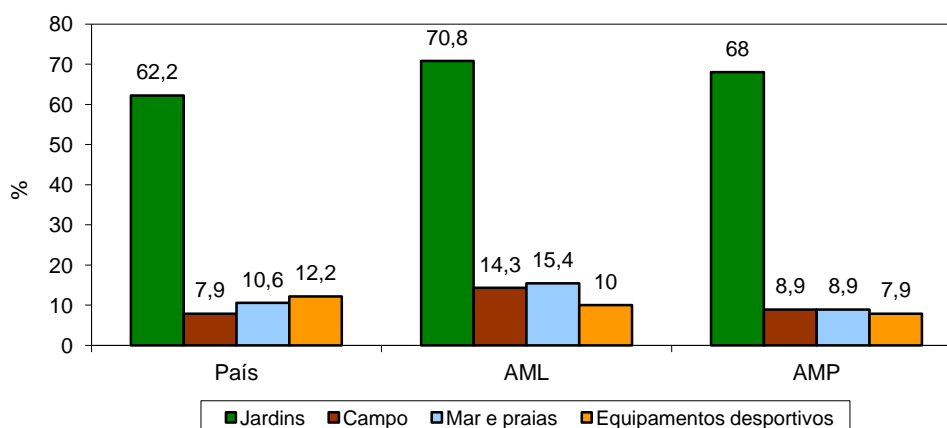
País n=1844, AML n=502, AMP n=347; valor de referência da categoria *pouco e nada satisfeito* - País =23,1; AML = 31,3; AMP =29,7; valor de referência da categoria *muito satisfeito* - País =14,9; AML =7,5; AMP =12,4
 Observa 2000

Assim, tanto o espaço interior das casas (nº de divisões) influencia a percepção do espaço exterior, como o espaço exterior (ter um quintal ou jardim privado) se articula com a noção de satisfação. Contudo, o peso destas variáveis no grau de satisfação com os arredores das residências dos inquiridos actua fundamentalmente nos casos extremos - *muito satisfeitos* e *pouco/nada satisfeitos* - já que a maioria dos inquiridos se revela simplesmente *satisfeito*, indiciando que a casa tem uma representação positiva ligada ao “aconchego familiar” a que já fizémos referência.

No entanto, emergem alguns sinais que revelam sentido crítico em relação ao enquadramento residencial, seja através dos elementos percebidos como envolvente da habitação, seja por via dos elementos ambicionados para ter em redor da residência.

O grau de satisfação com os arredores é influenciado pelo tipo de enquadramento que as pessoas percebem como envolvente da residência e do quadro habitacional, subindo à medida que o cenário envolvente “enverdece” e se torna menos denso em termos de construção. Os elementos que enquadram o espaço quotidiano próximo, contribuem para avaliações mais ou menos positivas, conforme o cenário é mais “campestre” ou mais “urbano”. O “bem estar residencial” parece estar relacionado, acima de tudo, com a existência de *campos cultivados, casas dispersas no campo, jardins privados/quintais*, bem como *zonas verdes e bairros de moradias*. Em contraste, o grau de satisfação diminui à medida que se densifica a *construção* e o *trânsito* e, mais ainda, perante a degradação causada por *barracas, lixeiras e fábricas* – os elementos considerados mais repulsivos enquanto envolvente residencial.

Gráfico 11.O que mais gostariam de ter à volta de casa



País n=1844, AML n= 502, AMP n= 347
Observa 2000

Neste panorama de avaliação do espaço residencial, procurou-se saber qual seria o espaço envolvente ideal, a partir das respostas à pergunta aberta que incidia já não sobre “o que têm”, mas sobre “o que gostariam de ter” em redor da sua casa. Verifica-se que os portugueses aspiram acima de tudo por mais “natureza” como cenário de enquadramento residencial; depois, também gostariam de alguns serviços eminentemente urbanos, com destaque para as infra-estruturas de desporto, lazer e cultura, e ainda de mais acessos e estradas (gráfico 11)

A representação da natureza que os portugueses tanto parecem valorizar não é propriamente uma natureza “bravia” (mar, praias, floresta, rios, lagos e montanhas), mas antes, formas de “natureza domesticada” e “construída” (jardins, campo, árvores, hortas e quintais). O espaço ideal de enquadramento residencial dos portugueses - enfatizado mais ainda no imaginário urbano - são predominantemente os *jardins*, os quais darão um forte contributo para a qualidade de vida urbana, para o bem estar, descontração, lazer e prazer estético. São uma possibilidade de contacto com a natureza e permitem um ambiente mais saudável, funcionando como “respiração” (literal e imagética) do tecido urbano. Podem ainda ser compensadores de condições precárias de habitação, favorecem a convivência entre diversos grupos sociais e têm um potencial de identificação com o património da cidade que estimula um sentimento cívico de pertença. O jardim quer-se junto à casa e, quanto mais próximo, mais frequente é o seu uso e a sua integração no usufruto quotidiano (Ferreira; Casanova e Castro, 2000).

Em vários estudos e inquéritos de opinião, os *espaços verdes* são sistematicamente colocados no topo das faltas mais sentidas pelos habitantes dos grandes centros urbanos, nomeadamente em Lisboa - seja enquanto locais de lazer, seja enquanto simples enquadramento paisagístico. A cidade de Lisboa durante os anos 90 viu aumentar a oferta de espaços verdes em termos de m² por habitante. No entanto, a média *per capita* esconde a desigualdade da sua distribuição pela cidade, além de que, muitos desses espaços, não estão ligados a práticas sociais quotidianas.

São os inquiridos que residem em espaço urbano que mais sublinham o desejo da natureza “bravia” - *mar/praias* e *florestas/pinhais* - assim como, querer simplesmente o *campo*, ou o *espaço livre* - “*sem nada*” - e o sossego - “*sem trânsito e sem ruído*” . Evidencia-se, deste modo, uma espécie de asfixia urbana intensa; como se, perante a agressividade do quotidiano, apenas se requeresse ecologicamente o “vazio” (Schmidt, Valente e Trüninger, 2004).

De resto, uma parte dos inquiridos também mencionou a necessidade de *serviços* - um desejo manifesto tanto pelos habitantes de espaço rural como de espaço urbano – o que significa que “ser urbano” não é suficiente para dispor de serviços urbanos; as potenciais vantagens da urbanidade, que passam por um maior acesso a equipamentos pelos vistos não se verifica para grande parte dos residentes em meio urbano.

A identificação dos elementos que gostariam de ter à volta de casa (mas não têm) revelou-se, assim, um indicador da insatisfação residencial importante a ter em consideração pelo seu potencial explicativo ao enfatizar as ausências sentidas.

4.2. Aglomerados atractivos e repulsivos

Os resultados nacionais dos dois inquéritos *Os Portugueses e o Ambiente* dão conta de um crescente “mal estar residencial” sentido no espaço urbano e suburbano em que vive e trabalha uma grande parte dos portugueses.

Em 1997, 41,5% dos portugueses afirmava que é no campo onde se *vive melhor em Portugal*, e 21% indicara as *aldeias*, reconhecendo nestes dois espaços *uma vida mais calma, com menos pressão* e, no caso do campo, *mais próxima da Natureza*, além de ser *mais bonito e mais saudável*. Era também no *campo* que, em 1997, os portugueses consideravam existir o *melhor ambiente* no país. Em contraste, *as grandes cidades* e seus subúrbios constituíam os locais onde as pessoas consideravam que se vive pior e onde há *pior ambiente* em Portugal.

Esta tendência confirma-se em 2000, com um grau decrescente de satisfação à medida que aumenta a densidade e concentração populacional do aglomerado em que se reside. O “mal estar residencial” articula-se com um conjunto de variáveis “espaciais” (algumas das quais já apresentadas), mas acima de tudo com o tipo de aglomerado. Verifica-se que os *mais satisfeitos* são aqueles que vivem numa casa isolada, seguindo-se os que vivem em aglomerados médios e pequenos: vilas, aldeias e cidades de pequena dimensão. No extremo oposto, estão os residentes no centro e na periferia de uma grande cidade, onde mais se concentram os indivíduos *pouco e nada satisfeitos* (quadro 4).

Quadro 4. Satisfação com o enquadramento residencial, por tipo de aglomerado

	Centro	Periferia	Cidade média	Vila	Aldeia	Casa isolada
Muito satisfeito	9	8,1	13,1	16,6	13,9	26,3
Pouco e nada satisfeito	31,1	30,0	23,5	19,2	18,8	23,7

País n=1844; valor de referência da categoria *muito satisfeito* = 14,9%; valor de referência da categoria *pouco e nada satisfeito* = 23,1%

Observa 2000

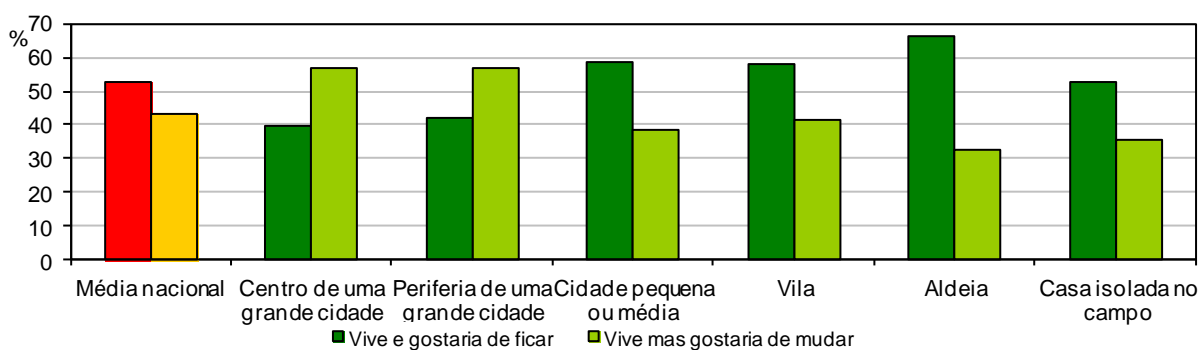
Esta insatisfação, expressa ao nível dos maiores centros urbanos, manifesta-se também numa outra questão do inquérito onde se confrontava os inquiridos com a eventual mudança para outro tipo de aglomerado. Solicitava-se à pessoa que identificasse o tipo de aglomerado onde vive e aquele onde, se pudesse escolher, mais gostaria de viver. O diferencial entre o “onde vive” e o “onde gostaria de viver”, indica o nível de insatisfação relativamente ao local onde se vive. De facto, podemos considerar como uma manifestação da “insatisfação residencial” o facto de mais de 40% dos portugueses assumirem que *gostariam de viver* num local diferente daquele onde vivem actualmente (gráfico 12) .

Gráfico 12. Os que gostam do local onde vive e os que gostariam de mudar (*país*)



As *grandes cidades* - tanto no seu *centro*, como na sua *periferia* - constituem as zonas residenciais mais centrífugas, e que geram maior desejo de saída, verificando-se que são mais os que gostariam de sair para outro tipo de local, do que os que gostariam de ficar no lugar onde vivem. Em contrapartida, os locais com menor dimensão/densidade - as *cidades pequenas ou de média dimensão*, as *vilas*, as *aldeias* e as *casa isolada no campo* – surgem com o maior diferencial positivo, verificando-se que os indivíduos que lá vivem são os que menos desejam mudar de local de residência (gráfico 13).

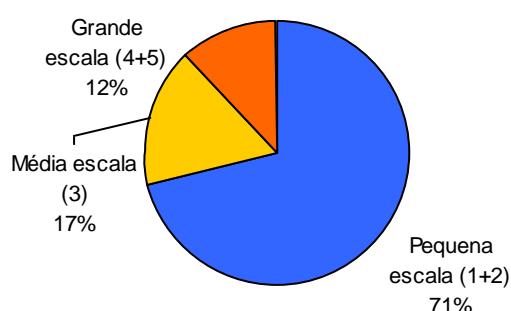
Gráfico 13. Os que gostam do tipo de aglomerado em que vivem e os que gostariam de mudar



Observa 2000

De entre os 42% de portugueses que afirmam que gostariam de mudar, verifica-se que a insatisfação existe, mas a escala do desejo de mudança não se pode considerar extremada. Ou seja, numa escala de diferencial de mudança de 1 a 5, em que o máximo é 5 (por exemplo, querer mudar do centro de uma grande cidade para uma casa isolada no campo, ou vice-versa), a maior parte das mudanças desejadas não são radicais (de nível 5), mas sim de pequena escala – de nível 1 e 2, por exemplo, mudar de uma vila para uma aldeia (1) ou de uma aldeia para uma cidade pequena ou média (2). Isto é o que se passa em termos nacionais (gráfico 14).

Gráfico 14. Grau de mudança desejado (país)

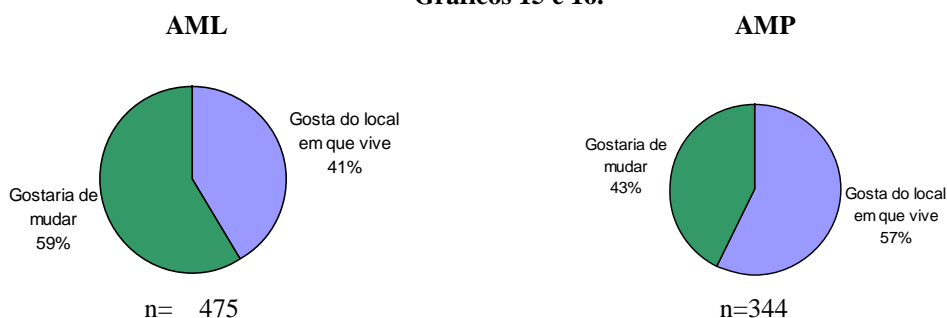


n = 751, Observa, 2000

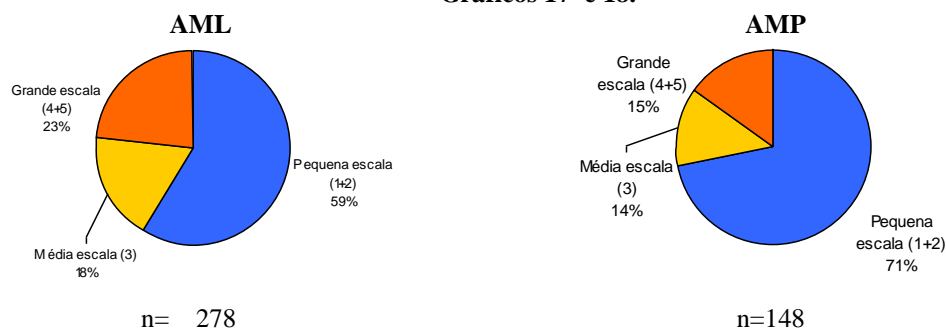
Já quando se compara a insatisfação medida através do desejo de mudança ao nível das áreas metropolitanas, verifica-se uma inversão dos valores no caso da AML, enquanto os residentes da AMP acompanham a tendência nacional (gráficos 15 e 16).

De facto, 59% dos residentes da AML manifestam vontade de mudar de local de residência, sendo que, o seu grau de insatisfação é maior e o desejo de mudança mais radical: cerca de 41% gostariam de fazer uma mudança de local de residência de média ou grande escala, enquanto que para o país e para a AMP atinge apenas 29% das pessoas inquiridas (gráficos 17 e 18).

Gráficos 15 e 16.



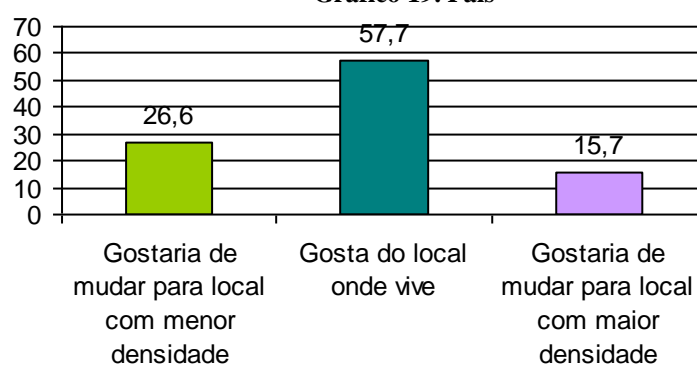
Gráficos 17 e 18.



Observa, 2000

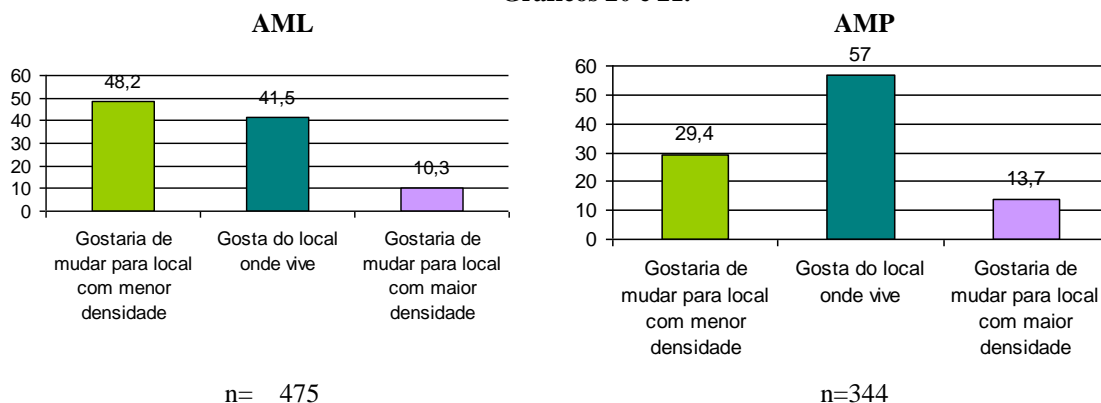
E para onde desejam mudar? Verifica-se uma tendência a nível nacional, que também ocorre na AMP, de um desejo de mudança sobretudo para espaços mais campestres ou rurais, com menor densidade, de pequena ou média dimensão e mais isolados. Esta projecção benigna do cenário campestre como um imaginário de local onde se vive melhor, que significa também o horizonte de um espaço mais desafogado, já transparecia em 1997 e reforça a tendência para a desvalorização crescente dos grandes conglomerados urbanos (gráficos 19, 20 e 21).

Gráfico 19. País



n = 1777

Gráficos 20 e 21.



Observa, 2000

Na AML esta tendência é esmagadora, sendo que 48,2% dos seus habitantes apontam o desejo de viver num aglomerado menos denso, preferencialmente uma *cidade pequena* ou de *média dimensão* ou uma *casa isolada no campo*. A insatisfação dos residentes da AML traduz-se no desejo por um espaço mais distanciado que remete acima de tudo para o imaginário campestre (casa isolado no campo) ou para aglomerados com uma dimensão mais apropriável.

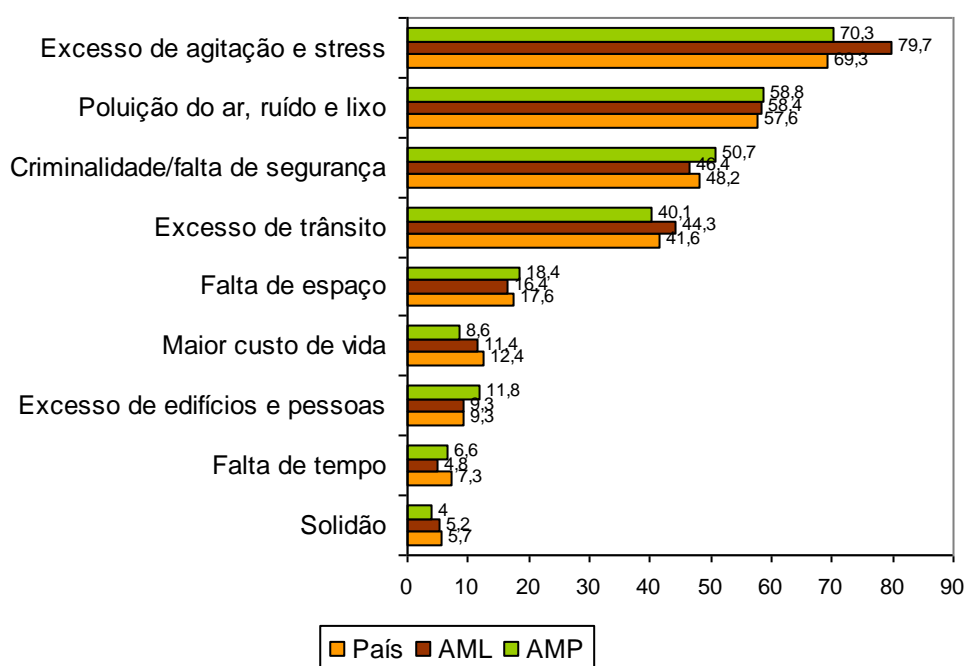
O facto desta tendência de desejo de saída, ou mesmo de fuga da cidade, se revelar tão notória na AML leva a reflectir sobre o que se passará neste espaço metropolitano que faz emergir um sentimento tão forte de repulsa por parte da maioria dos seus habitantes. E/ou sobre o processo que levou a AML a tornar-se um espaço tão desatraente no quotidiano de quem lá vive. Ou seja, perceber o que a desqualifica, será decisivo para as acções e decisões políticas necessárias para dar resposta ao que este indicador de insatisfação residencial requer.

4.3. Porque querem sair da cidade e porque não vão para o campo

Entre os portugueses que vivem no centro de uma grande cidade ou na sua periferia configura-se, como vimos, um desejo de saída, sobretudo rumo às cidades de média e pequena dimensão e/ou para uma casa isolada no campo como já referimos. Ou seja, exactamente em sentido contrário à trajectória tradicional dos movimentos migratórios. Para procurar compreender esta tendência de desejo de mudança para aglomerados com menor dimensão/densidade e perceber o que dificulta a emergência de uma inversão nos actuais modelos residenciais, questionou-se, por um lado, sobre o que faltaria ao campo e/ou à pequena cidade do interior para ser um local mais atractivo para se viver; e, por outro lado, o que leva algumas pessoas a quererem sair hoje das grandes cidades, tentando perceber o que faz desses espaços urbanos, lugares onde muitos já manifestam sentimentos de “mal estar residencial”.

A principal razão apontada para o “efeito centrífugador” dos grandes centros urbanos é o *excesso de agitação e stress*, ou seja, o ritmo de vida que aí se impõe. Seguem-se as várias *poluições* características da urbanidade contemporânea - *ar, ruído e lixo*. Só depois, já sem obter a maioria, surge a *criminalidade/falta de segurança*, bem como o *excesso de trânsito* (gráfico 22).

Gráfico 22. O que leva algumas pessoas a quererem sair hoje das grandes cidades



País n = 1844, AML n = 502, AMP n = 347

Observa 2000

Se compararmos os resultados do País, da AML e da AMP, verificamos uma grande unanimidade em torno das razões apontadas como o “lado negro” das grandes cidades. O único valor que podemos considerar diferenciado diz respeito a um maior ênfase atribuído por parte dos residentes da AML ao excesso de agitação e stress e também, ainda que com menos diferencial, ao excesso de trânsito - o que reflectirá, em ambos os casos, a sua efectiva vivência quotidiana.

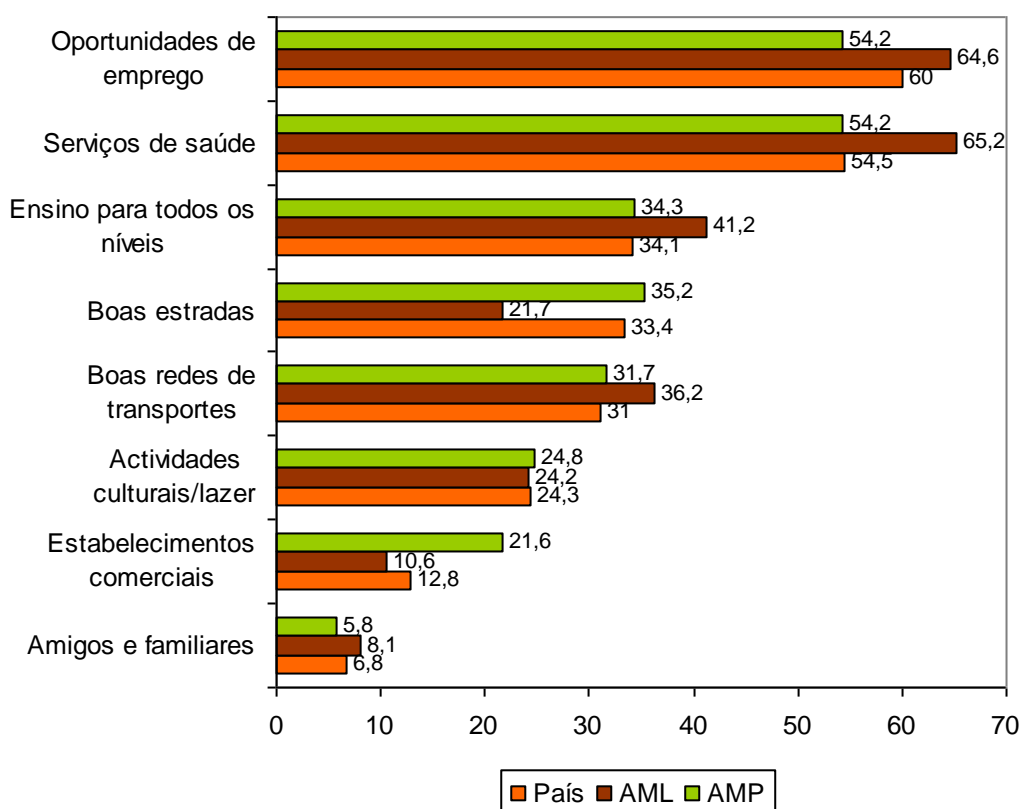
Os resultados nacionais traduzem uma tendência curiosa que a comparação directa com as amostras das AM não realça: quem vive em espaço urbano é mais objectivo na enumeração dos incómodos urbanos e acentua o *stress*, a *poluição do ar, ruído e lixo*, *trânsito*, *excesso de edifícios*; quem vive em espaço rural enfatiza mais o risco de insegurança, projectando uma imagem da cidade onde domina a criminalidade e a violência. Uns destacam o que vivem directamente como afectação da qualidade ambiental do seu quotidiano, outros localizam-se numa imagem mediatizada da cidade como espaço perigoso e violento.

A unanimidade quanto aos males das grandes cidades reflecte uma concepção negativa da cidade. Por contraste, a concepção do campo é positiva e de algum modo mitificada, envolta de uma aura de calma, de bonito, natural e saudável. Como já referimos, os portugueses atribuem uma conotação positiva ao contexto campestre, enquanto que, quando reflectem sobre o “ambiente urbano”, ocorre sobretudo uma conotação negativa associada a

um ritmo de vida acelerado, à falta de segurança, à poluição, ao trânsito e ao excesso de urbanização.

Quanto às principais falhas apontadas ao campo ou à pequena cidade do interior, elas decorrem sobretudo de condições básicas como o emprego e os equipamentos colectivos essenciais, nomeadamente *garantia de serviços de saúde e estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade*. Depois referem-se razões de mobilidade e acessibilidade: a falta de *boas estradas* e de uma *boa rede de transportes* (gráfico 23).

Gráfico 23. O que falta ao campo ou à pequena cidade do interior para ser um local mais atractivo para viver



País n=1844, AML n= 502, AMP n= 347
Observa 2000

Se compararmos as razões apontadas a nível nacional com as razões apontadas pelos residentes das áreas metropolitanas verificamos que, de um modo geral, as prioridades são as mesmas. Comparativamente, destaca-se o facto de os residentes da AML serem os que mais desvalorizam o papel das *boas estradas* e os que mais valorizam a *garantia de serviços de saúde*. São também estes que apresentam os valores mais elevados no que diz respeito à inexistência de *estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade* e de *oportunidades de emprego*. Por seu turno, os residentes na AMP acompanham mais de perto

os valores nacionais, destacando-se apenas no que diz respeito às possibilidades de consumo, sendo aqueles que mais consideram que ao campo e/ou à a pequena cidade do interior faltam *lojas e estabelecimentos comerciais*.

A nível nacional, é interessante verificar que os que residem em espaço rural sublinham o problema dos acessos, ou seja, a falta de *boas estradas* e a garantia de uma *boa rede de transportes*. Constata-se, assim, que os que vivem fora das grandes cidades, sendo certo que também sentem a falta da garantia de condições básicas - emprego e equipamentos públicos (saúde e ensino) - atribuem muita importância à necessidade de bons acessos (estradas e transportes).

5. Comentários/reflexões finais

Em suma, considerando estas questões no seu conjunto, destacam-se alguns aspectos a sublinhar.

a) Os portugueses afirmam-se simultaneamente “satisfeitos” e “insatisfeitos” com a envolvente das residências. Satisfeitos e “benovelentes” quando projectam a sua avaliação do interior da habitação. Insatisfeitos com os arredores das residências, pois gostariam de as rodear de jardins e de ter por perto equipamentos e serviços que lhes fazem falta. Quem tem um quintal ou jardim (privado ou mesmo público) distingue-se por isso, apresentando um grau de satisfação com os arredores de sua casa mais elevado, revelando a importância deste espaço exterior verde e próximo.

b) Os arredores que gostariam de ter como envolvente das suas residências são, pois, marcados pelo desejo de mais jardins que funcionem como uma espécie de “ordenamento verde”, em contraponto ao “desordenamento cinzento” do trânsito e do betão, gerado pelos excessos rodoviários e de construção (Schmidt, 1995; Schmidt, Valente e Pinheiro, 2000). Por seu turno, a referência sistemática a um conjunto de equipamentos urbanos, mesmo por aqueles que residem nas áreas metropolitanas, revela quão frequentes são as falhas em termos “logísticos” mesmo a nível urbano. Assim, a projecção dos arredores desejados, permite perceber uma dupla ausência/carência nas duas áreas metropolitanas: falta de espaços verdes próximos e aprazíveis; ausência de equipamentos e infra-estruturas, sobretudo de desporto, lazer e cultura.

c) Verifica-se um agravamento da insatisfação residencial e ambiental quando se faz um *zoom* às áreas metropolitanas, sobretudo no caso da AML, onde os “males ambientais”

são percebidos pelos seus residentes de uma forma mais dramatizada do que na AMP, ou à escala nacional. Os “males ambientais” das grandes cidades reúnem uma grande unanimidade em torno de uma concepção negativa da cidade, uma cidade submergida numa espécie de “smog urbano” produzido pelo conjunto da poluição do ar, do ruído, do congestionamento de trânsito e de uma urbanização densa e caótica. O conjunto dos problemas ambientais quotidianos enfatizados pelos que residem nas áreas metropolitanas, são uma das explicações para que as grandes cidades e as suas periferias sejam percebidas como locais cada vez menos atractivos para se viver. Neste cenário, emerge o desejo manifestado por mais de metade dos seus habitantes em mudar de local de residência, sobretudo rumo a locais com menor densidade e dimensão populacional.

d) Em contraste, a concepção do espaço campestre é extraordinariamente positiva e de algum modo mitificada numa memória nostálgica e bucólica, que tende a reter as partes boas (e a recusar as más), no sentido em que o registo ruralista prevalece como modelo benigno. No entanto, isso não significa que se aceite a “inaccessibilidade do interior”, que, tal como as pessoas reconhecem, além de continuar sem empregos, não dispõe de equipamentos públicos essenciais: escola, saúde, entre outros. Assim, para terem acesso ao emprego que necessitam e à educação/formação que valorizam, os portugueses decidem-se (ou sujeitam-se) por se concentrarem em contextos urbanos e suburbanos dispersivos e desgastantes. Esta polarização de representações reflecte um imaginário colectivo que advém de um êxodo rural forçado e que é vivido a contragosto, em particular por alguns sectores sociais, apesar de justificado enquanto estratégia económica e socioprofissional. “A “razão” aconselhava a procurar “melhorar a vida” na cidade. O “coração” ficava com os laços originais no campo. (...) As orientações para o projecto não são prosseguidas sem um sentimento de perda crescente do sentido da fraternidade e da convivialidade.” (Ferreira, Casanova, Castro, 2000, p.21).

e) Neste contexto, verifica-se actualmente um “novo” movimento urbano para ultrapassar este dilema entre a cidade necessária (já que a oferta de emprego fora dos grandes centros urbanos é diminuta e limitada), e o campo desejado. Trata-se de uma espécie de procura de complementaridade entre cidade e campo, privilegiando o meio rural aos fins de semana e nas férias, na aquisição de uma segunda residência ou no regresso à terra na reforma (Ferreira, Casanova, Castro, 2000). A imagem bucólica do campo e a afectação negativa da vivência urbana, promovem esta “nova ruralidade” ou “neo-ruralismo”, que se expressa na tendência para novos movimentos migratórios permanentes ou, até talvez mais, intermitentes. Convergem neste movimento de retorno à ruralidade buscas diversas, seja de um ambiente

mais puro e sossegado, seja de um espaço mais verde e mais livre, seja de um certo tipo de convivialidade mais vivaz e próxima.

f) É importante realçar que a insatisfação residencial é sobretudo notória para o caso dos residentes da AML, em que mais de 50% dos seus habitantes afirmam o desejo de mudança marcada pelo desejo de viver num local com mais espaço, mais elementos campestres, com menor densidade e concentração urbana. Este sentimento não é tão evidente nos residentes da AMP. Uma das explicações para essa diferença prende-se com o facto de na AMP não existirem os chamados concelhos “dormitórios”, o que diminui a intensidade e o desgaste dos fluxos pendulares casa-trabalho.

g) A vivência dos “males ambientais” e dos “males residenciais” pelos habitantes da AML e da AMP terá consequências ao nível das suas representações e atitudes face ao ambiente. O presente projecto irá explorar as variáveis espaciais no sentido de explicarem certos comportamentos sociais em torno do ambiente, para além do papel das variáveis sociais e culturais. A segunda fase desta pesquisa implica, por um lado, aprofundar as pistas que estes dados quantitativos levantam, através de métodos qualitativos, procurando conhecer os trajectos territoriais dos indivíduos que residem nas áreas metropolitanas e a sua influência na avaliação do seu espaço quotidiano. Por outro lado, caracterizar os contornos das vivências nas áreas metropolitanas e dos desejos de mudança residencial dos seus habitantes, articulando os conceitos de qualidade de vida e de qualidade ambiental, e tentando descortinar o que as pessoas pretendem fazer perante o seu desejo de mudança, isto é, que consequências retiram da sua insatisfação.

h) Num percurso de reflexão que tenta compreender este fenómeno de insatisfação, torna-se importante conhecer a caracterização social dos inquiridos que afirmam o desejo de mudança, identificando alguns traços comuns que explicam a actual insatisfação com o local onde vivem.

i) Por fim, há que ter em conta que apesar de uma elevada percentagem de inquiridos se manifestarem insatisfeitos com o tipo de aglomerado em que vivem, isso não significa que queiram efectivamente mudar de sítio. Talvez queiram antes transformar o local onde vivem num espaço mais aprazível. De qualquer forma, os resultados surpreenderam pela quantidade de inquiridos – quase metade da população - que afirmam querer mudar de local de residência. Mesmo que se trate apenas de uma mera enunciação ao nível do discurso (o que se diz que se pensa) e que, quando confrontados com a possibilidade real de mudança, muitos não o fizessem, a percentagem dos portugueses que manifestam esse desejo é inquietante, desafiando interpretações e requerendo aprofundamento. Sobretudo no caso da AML é

necessário reflectir seriamente sobre a actual insatisfação residencial da maioria dos que lá vivem, e daí retirar ilacções para a necessidade de uma acção política que vá de encontro à construção de condições que promovam a qualidade de vida de quem aí reside.

6. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J.F. (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente, I Inquérito Nacional às representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (1997)*, Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, J.F. e MACHADO, F.L. (coord.) (2001), *Dia Europeu Sem Carros - Projecto de Estudo de Avaliação e Impacte Social (relatório final)*, Lisboa, OBSERVA.
- ALMEIDA, J.F. (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente, II Inquérito Nacional às representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (2000)*, Oeiras, Celta.
- FERREIRA, V.M., CASANOVA, J.L., CASTRO, A. (2000), *Condição Social, Ambietne Urbano e Qualidade de Vida na Metrópole de Lisboa*, Lisboa, Observa.
- RICARDO, G. (2004), *Sobre a Terra. Um guia para quem lê e escreve sobre Ambiente*, Lisboa, Público.
- NAVE, J.G. e FONSECA, S. (2004), “Entre a Cultura AmbientaL e o Efeito Nimby...” in ALMEIDA, J.F. (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente, II Inquérito Nacional às representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (2000)*, Oeiras, Celta.
- NAVE, J.G. e SCHMIDT, L (coord.) (2004), *O Automóvel: usos e desusos do transporte individual* (relatório final), Lisboa, Observa.
- SCHMIDT, L. (1995), “Consumo ambietal em Lisboa; uma dicotomia” in SANTOS, M.L.L. (coord.) (1995), *Cultura & Economia*, Lisboa, Ed. ICS-UL.
- SCHMIDT, L. (2000), *Portugal Ambiental. Casos & Causas*, Oeiras, Celta.
- SCHMIDT, L. (2004), “Conquista de Abril” in *Expresso*, 24 de Abril de 2004.
- SCHMIDT, L., VALENTE, S. e PINHEIRO, J. (2000), “País: Percepção, Retrato e Desejo” in ALMEIDA, J.F. (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente, I Inquérito Nacional às representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (1997)*, Oeiras, Celta.
- SCHMIDT, L., VALENTE, S., TRÜNINGER, M. (2004), “Problemas Ambientais, Prioridades e Quadro de Vida” in ALMEIDA, J.F. (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente, II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (2000)*, Oeiras, Celta.
- ROSA, M.J., VIEIRA, C. (2003), *A população portuguesa no século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- VIEIRA, P. (2003), *O Estrago da Nação*, Lisboa, D. Quixote.